

Filosofia dos epitáfios

1. “Saí, afastando-me do grupo, e fingindo ler os epitáfios. E, aliás, gosto dos epitáfios; eles são, entre a gente
2. civilizada, uma expressão daquele pio e secreto egoísmo que induz o homem a arrancar à morte um farrapo ao menos
3. da sombra que passou. Daí vem, talvez, a tristeza inconsolável dos que sabem os seus mortos na vala comum; parece-
4. lhes que a podridão anônima os alcança a eles mesmos.”

(Machado de Assis)

01. Do ponto de vista da tipologia textual, é CORRETO afirmar que o texto 1, “Filosofia dos epitáfios”, é um texto predominantemente

- A) dissertativo.
 B) descritivo.
 C) narrativo.
 D) narrativo, com uso do discurso indireto.
 E) descritivo, com uso do discurso direto.

02. O vocábulo inconsolável, linha 3, apresenta um prefixo que indica

- I. movimento para dentro.
- II. o mesmo valor do prefixo apresentado no vocábulo “irreal.”
- III. valor de privação, negação.
- IV. o mesmo valor do prefixo apresentado no vocábulo “ingerir.”

Estão CORRETAS:

- A) I, II e IV. B) I e III. C) II e III. D) I, II e III. E) I e IV.

Leia o texto abaixo para responder às questões 03, 04 e 05.

Oliver Blanchar ataca o que chama de “cultura do desemprego”, ou seja, a visão pessimista do futuro, baseada em estatísticas do presente e apoiada numa certa tolerância para com o fenômeno que as redes de suporte ao desempregado asseguram, especialmente em alguns países da Europa Ocidental.

(Carlos Eduardo Lins da Silva, Folha de São Paulo, 1996, com adaptações)

03. Em relação às idéias do texto, assinale a opção INCORRETA.

- A) As redes de suporte ao desemprego garantem tolerância em relação ao fenômeno do desemprego.
 B) Alguns países da Europa ocidental possuem redes de suporte ao desempregado.
 C) Segundo Oliver Blanchar, ‘cultura do desemprego’ é a visão pessimista do futuro no que se refere ao mercado de trabalho.
 D) Olivier Blanchar, diante das estatísticas do presente, defende uma visão pessimista do futuro.
 E) As estatísticas da atualidade e a tolerância em relação ao fenômeno do desemprego fundamentam uma visão pessimista do futuro.

04. Em relação aos elementos do texto, assinale V (verdadeiro) ou F (falso) para as seguintes afirmativas.

- () “Apoiada” significa difundida.
 () “Tolerância” significa indulgência, consentimento.
 () “Ataca” significa reprova, opõe-se.
 () “Redes” não significa conjuntos de instituições e agências interligadas que se destinam a prestar serviços.
 () “Fenômeno” significa fato de natureza social.

Assinale a alternativa que apresenta a seqüência CORRETA, de cima para baixo.

- A) F, V, F, V, V. B) V, F, V, F, F. C) F, V, V, F, V. D) F, V, F, V, F. E) V, V, V, F, F.

05. Assinale a ÚNICA alternativa que apresenta o uso da(s) vírgula(s) da mesma forma em que aparece(m) no trecho “(...) “cultura do desemprego”(,)ou seja(,) a visão (...)”

- A) As frutas, que estavam maduras, caíram no chão.
 B) “Pois, seu Pedrinho, saci é uma coisa que eu juro que existe.”
 C) O homem, que mente, não merece confiança.
 D) A garota, Fernanda, saiu muito cedo.
 E) “O cavalo calou-se, isto é, recolheu o movimento do rabo”.

06. Leia o anúncio abaixo.

GERENTES DE LOJA

Requisitos:
*Experiência mínima de 3 anos de gerência.
*Sexo feminino.
*Idade entre 30 e 40 anos.
Nível superior.
Usuária de computador.
Salário Excepcional
Os interessados deverão enviar currículos com foto para rua das Belezas, n.10, Recife – PE, Cep. 51031-420.
Recursos Humanos.

Este anúncio apresenta uma inadequação de concordância nominal em:

- A) Os interessados deverão enviar.
- B) Idade entre 30 e 40 anos.
- C) Gerentes de loja.
- D) Nível superior
- E) Experiência mínima de 3 anos em gerência.

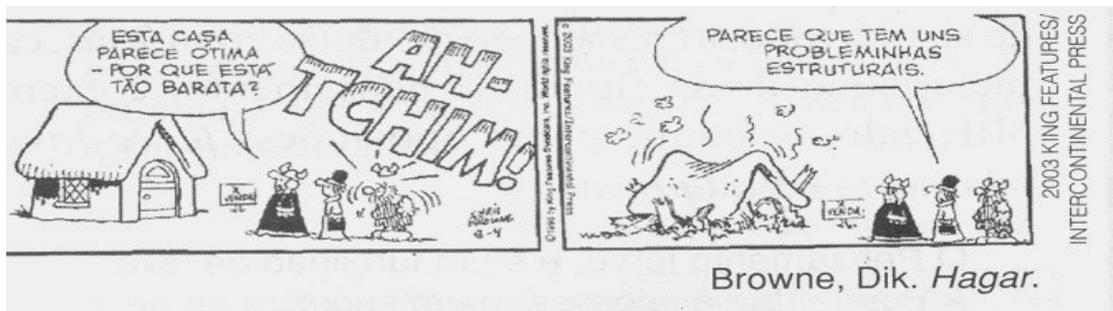
Leia o texto a seguir e responda a questão 07.

“Coesão e coerência são aspectos importantes na articulação textual e, por isso mesmo, estão intimamente relacionados. Essa relação se estabelece na medida em que a coerência se vincula ao conteúdo, e a coesão, à forma de expressão desse conteúdo.”
(Maria Luiza Abaurre)

07. Assinale a alternativa que utiliza um elemento coesivo inadequado, provocando um efeito de incoerência.

- A) O livro é muito interessante, apesar de ter 570 páginas.
- B) Mesmo morando no Rio de Janeiro há cinco anos, Shirley não conhece o Corcovado.
- C) João, o pintor, foi despedido, porque se negou a pintar a casa, uma vez que estava chovendo.
- D) Marcella e Antônio não se entendem, mas um fala inglês, e o outro, espanhol.
- E) Acordei às 7 horas, apesar de ter ido deitar às 2 horas da manhã.

08. Na tira abaixo, tem-se uma figura de pensamento. Assinale a alternativa que corresponde a essa figura.



- A) Hipérbole.
- B) Ironia.
- C) Antítese.
- D) Eufemismo.
- E) Apóstrofe.

09. Sobre o trecho abaixo,

“...às três horas, senti as primeiras pontadas... era meu rapaz que estava chegando. Tivemos que fazer tudo às pressas, não havia, ainda, completado os 9 meses. Minhas mãos estavam trêmulas e entre uma contração e outra, agradecia veementemente a Deus. Não bastava um simples obrigada...”
(Estudante do 2 ano do Ensino Médio)

o sinal indicativo da crase foi empregado em “...às três horas...” e “às pressas” por se tratar, respectivamente, de uma

- A) locução prepositiva – locução conjuntiva.
- B) locução adverbial – locução adverbial.
- C) locução conjuntiva – locução prepositiva.
- D) locução adverbial – locução conjuntiva.
- E) locução adverbial – locução prepositiva.

10. Sobre o trecho “Não bastava um simples obrigada” NÃO é correto afirmar.

- A) Na expressão ‘muito obrigado’, o particípio ‘obrigado’, é usado com valor de adjetivo e, como tal, deve concordar em gênero e número com o referente do pronome a que se refere.
- B) A expressão deve ser entendida como eu estou muito obrigado (a) a você (igual a grato a você).
- C) No texto, o agradecimento parte de uma mulher. Portanto, deve assumir a forma feminina (obrigada).
- D) Se o agradecimento parte de um homem, deve assumir a forma masculina.
- E) A mulher pode usar a expressão ‘muito obrigado’, e o homem pode usar a expressão ‘muito obrigada’, sem causar nenhum problema à norma culta.

11. Atualmente, as pessoas podem ver e ouvir outras pessoas (ao vivo), utilizando um microcomputador conectado à Internet, softwares, como o Skype ou Windows Messenger. Qual alternativa apresenta CORRETAMENTE o dispositivo necessário para exibir a imagem em movimento da outra pessoa no monitor do seu microcomputador?

- A) Gravador de DVD. B) Monitor LCD. C) Webcam. D) Microfone. E) Placa de som.

12. Num ambiente de escritório, normalmente um microcomputador é compartilhado por várias pessoas. Para organizar este recurso comum, existe um componente do Microsoft Windows XP que permite personalizar a aparência do Windows e da área de trabalho, e, também, atribuir uma pasta Meus Documentos para cada usuário do computador. Qual alternativa indica CORRETAMENTE o nome desse componente?

- A) Firewall do Windows.
 B) Configuração de Rede. D) Central de Segurança.
 C) Ferramentas Administrativas. E) Contas do usuário.

13. O Microsoft Word agiliza o processo de edição de textos. Por exemplo, numa monografia ocorre a palavra INFORMÁTICA 100 vezes. Mas você quer modificar todas as ocorrências da palavra INFORMÁTICA, contidas no texto, pela palavra COMPUTAÇÃO. Qual alternativa apresenta a seqüência CORRETA de comandos para realizar essa ação?

- A) Acessar a opção Localizar no menu Editar. Digitar a palavra computação no campo Localizar. Digitar a palavra informática no campo Substituir Por. Clicar no botão Substituir.
 B) Acessar a opção Substituir no menu Editar. Digitar a palavra informática no campo Localizar. Digitar a palavra computação no campo Substituir Por. Clicar no botão Substituir tudo.
 C) Acessar a opção Controlar alterações no menu Ferramentas. Digitar a palavra computação no campo Localizar. Digitar a palavra informática no campo Substituir Por. Clicar no botão Substituir tudo.
 D) Acessar a opção Ir para no menu Editar. Selecionar a opção palavra na janela Localizar e Substituir. Digitar a palavra computação no campo Substituir Por. Clicar no botão Substituir.
 E) Acessar a opção Substituir no menu Ferramentas. Digitar a palavra informática no campo Localizar. Digitar a palavra computação no campo Substituir Por. Clicar no botão Substituir.

14. O Microsoft Excel possui um recurso para aplicar formatos a células selecionadas que atendem a critérios específicos baseados em valores ou fórmulas que você especificar. Qual alternativa indica CORRETAMENTE este recurso?

- A) Formatação Condicional.
 B) Validação. D) Relatório de tabela e gráfico dinâmico.
 C) AutofFormatação. E) Função.

15. O Microsoft Access permite que você acesse os dados de uma planilha do Excel para alterá-los e para incluir ou excluir linhas da planilha. Qual recurso do Access propicia isso?

- A) Divisor de banco de dados.
 B) Novo Banco de Dados. D) Vincular tabelas.
 C) Inserir tabela. E) Converter banco de dados.

16. Normalmente, um documento digital é acessível através de um endereço da Internet, graças a um programa de computador do tipo Navegador (browser), usando o protocolo HTTP. A frase anterior refere-se a

- A) USENET B) CHAT C) SITE D) TELNET E) E-MAIL

17. Na Internet, o termo aplica-se ao ato condenável (e veementemente condenado) de enviar mensagens de correio eletrônico não solicitadas, normalmente em massa, com conteúdos comerciais, religiosos ou outros que só interessam a quem os enviam. O termo associado a este ato é

- A) Podcast B) Blog C) RSS D) P2P E) Span

18. Muitos anunciantes na Internet usam janelas pop-up para exibir a mensagem de uma maneira que é difícil de evitá-las. O Internet Explorer permite evitar o aparecimento da maioria das janelas pop-up nas páginas que você deseja exibir, enquanto está usando a Internet. O Bloqueador de Pop-ups está ativado por padrão. Qual alternativa apresenta CORRETAMENTE a seqüência de comandos, caso você queira ver as pop-up de alguns sites que visita regularmente?

- A) No menu Editar, aponte para a opção Localizar e clique em Configurações do Bloqueador de Janelas. No campo Endereço do site a ser permitido, digite o endereço (ou URL) do site cujas pop-ups deseja ver e clique no botão Remover tudo.
- B) No menu Favoritos, aponte para a opção Adicionar a favoritos e clique em Configurações do Bloqueador de Pop-ups. No campo Endereço do site a ser permitido, digite o endereço (ou URL) do site cujas pop-ups deseja ver e clique no botão Remover tudo.
- C) No menu Arquivo, aponte para a opção Propriedades e clique em Configurações do Bloqueador de Pop-ups. No campo Endereço do site a ser permitido, digite o endereço (ou URL) do site cujas pop-ups deseja ver e clique no botão Adicionar.
- D) No menu Ferramentas, aponte para opção Bloqueador de Pop-ups e clique em Configurações do Bloqueador de Pop-ups. No campo Endereço do site a ser permitido, digite o endereço (ou URL) do site cujas pop-ups deseja ver e clique no botão Adicionar.
- E) No menu Ferramentas, aponte para a opção Opções da Internet e clique em Configurações do Bloqueador de Janelas. No campo Endereço do site a ser permitido, digite o endereço (ou URL) do site cujas pop-ups deseja ver e clique no botão Fechar.

19. Uma pessoa pode usar sua própria cópia do Outlook para gerenciar, com facilidade o Calendário de outra pessoa. Por exemplo, um assistente administrativo pode gerenciar o Calendário de um gerente. O assistente poderá criar, mover ou excluir compromissos e poderá organizar reuniões em nome do gerente. Esta permissão é conhecida como

- A) Livre acesso.
- B) Acesso de representante.
- C) Acesso de grupo.
- D) Acesso de líder.
- E) Supervisão.

20. O Outlook Express pode ajudá-lo a processar grandes volumes de emails de entrada com mais eficiência. No Outlook Express, você pode classificar automaticamente as mensagens de entrada em pastas diferentes, realçar determinadas mensagens em cores, responder a mensagens específicas ou encaminhá-las automaticamente e outros recursos. Este recurso é denominado de

- A) Regras para mensagem.
- B) Catálogo de endereços.
- C) Sinalizar mensagem.
- D) Alternar identidade.
- E) Contas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a opção CORRETA.

- A) A anistia, que consiste em uma das modalidades de extinção do crédito tributário na dicção do artigo 156 do Código Tributário Nacional, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- B) O prazo de decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- C) A ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição prescreve em 5 (cinco) anos.
- D) A lei pode autorizar a compensação mediante o aproveitamento de tributo, ainda que objeto de impugnação judicial pelo sujeito passivo, desde que pendente de recurso à decisão judicial de primeira instância recebido no efeito meramente devolutivo.
- E) A decadência, diferentemente do instituto jurídico da prescrição, tem o condão de extinguir o crédito tributário.

22. De acordo com a ordem enumerada pelo Código Tributário Nacional, existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos de determinado contribuinte para com o Município de Olinda, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação

- A) primeiramente, às taxas, depois às contribuições de melhoria e, por fim, aos impostos.
- B) na ordem crescente dos montantes.
- C) na ordem decrescente dos prazos de prescrição.
- D) em primeiro lugar, aos débitos por obrigação própria, e, em segundo lugar, aos decorrentes de responsabilidade tributária.
- E) primeiramente, aos impostos, depois às taxas e, por fim, às contribuições de melhoria.

23. Considere as afirmações a seguir.

- | |
|--|
| <p>I. <i>Imposto é uma espécie de tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente de uma atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.</i></p> <p>II. <i>A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, tendo relevo para qualificá-la a denominação e, em especial, as características formais adotadas pela lei.</i></p> <p>III. <i>De acordo com o Código Tributário Nacional, a taxa cobrada não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.</i></p> <p>IV. <i>A despeito de se aplicar a legislação tributária imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes na forma fixada pelo Código Tributário Nacional, a lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.</i></p> |
|--|

SOMENTE a

- A) I está correta.
B) II e a III estão corretas.
C) III e a IV estão corretas.
D) II e a IV estão corretas.
E) III está incorreta.

24. É concebido que o imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município, cabendo à lei municipal definir a zona urbana, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público. Desse modo, indique a opção que preenche o requisito mínimo exigido pelo Código Tributário Nacional.

- A) meio-fio ou calçamento com canalização de águas pluviais.
B) abastecimento de água e calçamento, sendo dispensável a canalização de águas pluviais.
C) sistema de esgotos sanitários e posto de saúde a uma distância máxima de 4 (quatro) quilômetros do imóvel considerado.
D) rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar.
E) escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado e sistema de esgotos sanitários.

25. Acerca dos Municípios, assinale a opção CORRETA.

- A) De acordo com a Constituição da República de 1988, não há óbices na instituição de contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, sendo legítima a cobrança dessa contribuição na própria fatura de consumo de energia elétrica.
B) É legítima a cobrança de imposto sobre a prestação de serviços, compreendendo o negócio jurídico de locação de bens móveis.
C) É facultado, através de lei em sentido estrito, estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária sobre a prescrição e a decadência relativas ao ISS, ao IPTU e ao ITBI.
D) Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, os Municípios podem instituir empréstimos compulsórios, ficando a aplicação dos recursos, daí provenientes, vinculada à despesa que fundamentou sua instituição pela respectiva lei ordinária.
E) Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, os Municípios podem cobrar impostos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

26. “A Constituição Federal consagrou o Município como entidade federativa indispensável ao nosso sistema federativo, integrando-o na organização político-administrativa e garantindo-lhe plena autonomia, como se nota na análise dos arts. 1º, 18, 29, 30 e 34, VII, c, todos da Constituição Federal”.

(MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 18 ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 254).

Considerando as Competências Constitucionais atribuídas aos Municípios, analise as afirmações abaixo.

Compete aos Municípios:

- | |
|--|
| <p>I. <i>legislar sobre assuntos de interesse local;</i></p> <p>II. <i>instituir e arrecadar os tributos de sua competência bem como aplicar suas rendas, sem necessidade de prestar contas e publicar balancetes, em razão da sua autonomia;</i></p> <p>III. <i>suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;</i></p> <p>IV. <i>organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, salvo o de transporte coletivo, que é de competência estadual;</i></p> <p>V. <i>criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação federal.</i></p> |
|--|

Estão CORRETAS somente as afirmações constantes nos itens

- A) I e V. B) II e V. C) I e III. D) II e IV. E) III e IV.

27. Considerando a classificação do doutrinador José Afonso da Silva no tocante à aplicabilidade das normas constitucionais, que distingue as normas constitucionais em: de eficácia plena, de eficácia contida e de eficácia limitada, assinale a alternativa que apresenta um exemplo de norma de eficácia contida.

- A) “O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica” (art. 37, inciso VII, da Constituição da República de 1988).
- B) “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (art. 5º, inciso XIII, da Constituição da República de 1988).
- C) “Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei” (art. 5º, inciso II, da Constituição da República de 1988).
- D) “Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel” (art. 5º, inciso LXVII, da Constituição da República de 1988).
- E) “Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público” (art. 5º, inciso LXIX, da Constituição da República de 1988).

28. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Compete ao Supremo Tribunal Federal, além de outras competências, julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro de um lado, e, do outro, Município.
- B) Compete ao Supremo Tribunal Federal editar súmula com efeitos vinculantes com relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal.
- C) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- D) Compete ao Superior Tribunal de Justiça a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- E) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento para a Justiça Federal.

29. A única forma de argüir a contrariedade à Constituição da República, através de ação direta de competência originária do Supremo Tribunal Federal, de lei ou ato normativo municipal, incluídos os anteriores à Constituição, se realiza por meio de

- A) ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
- B) argüição de descumprimento de preceito fundamental.
- C) ação direta de inconstitucionalidade genérica.
- D) ação declaratória de constitucionalidade.
- E) ação civil pública.

30. Qual dos cargos apresentados abaixo não é privativo de brasileiro nato?

- A) Vice-Presidente da República.
- B) Da carreira diplomática.
- C) De oficial das Forças Armadas.
- D) Senador da República.
- E) Ministro de Estado da Defesa.

31. Com relação às empresas públicas e às sociedades de economia mista, analise os itens abaixo.

- | |
|--|
| <p>I. As empresas públicas e as sociedades de economia mista que prestam serviços públicos, por serem pessoas jurídicas de direito privado, respondem subjetivamente pelos danos que seus agentes nesta qualidade causarem a terceiros.</p> <p>II. De acordo com a lei de recuperação de empresas e falências, as sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica bem como as empresas públicas prestadoras de serviços públicos não se submetem à falência.</p> <p>III. Observados os princípios da Administração Pública, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, mesmo em alguns casos, submetidas ao regime próprio das empresas privadas, estão obrigadas a realizarem licitações públicas.</p> <p>IV. Quando explorarem atividades econômicas e prestarem serviços públicos, as empresas públicas se sujeitam ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e às obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.</p> <p>V. No atual cenário estatal, tanto as empresas públicas quanto as sociedades de economia mista podem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima.</p> |
|--|

São CORRETOS

- A) I, II, IV e V.
- B) II, III e V.
- C) I, II, III e V.
- D) II, III e IV.
- E) III, IV e V.

32. Com relação às hipóteses de licitação dispensável, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Para a contratação realizada por instituição científica e tecnológica ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.
- B) Na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
- C) Para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados fora do País, que envolvam, respectivamente, alta complexidade científica e de segurança, de relevante interesse nacional mediante parecer de comissão técnica, especialmente designada pelas autoridades máximas dos países envolvidos.
- D) Para compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- E) Na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuadas por associações ou cooperativas formadas, exclusivamente, por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública.

33. Através de regular procedimento licitatório, o Prefeito da Cidade de Olinda contratou uma empresa especializada em prestação de serviços de conservação, manutenção e limpeza dos prédios das Secretarias Municipais. A referida prestação de serviços tem como característica a forma contínua.

Após 12 (doze) meses do início da execução dos aludidos serviços, o Prefeito, demonstrando interesse em prorrogar o prazo do contrato administrativo, o submete à apreciação e parecer da procuradoria jurídica do Município. Neste caso,

- A) o contrato não poderá ser prorrogado, pois a sua duração ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
- B) o contrato será automaticamente prorrogado, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, contados do início da vigência do contrato.
- C) o contrato será prorrogado, se houver interesse da administração municipal, desde que essa possibilidade tenha sido prevista no ato convocatório e cujo projeto estivesse contemplado nas metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, limitada a 60 (sessenta) meses.
- D) em regra, o presente contrato não poderá ser prorrogado, ressalvado, no caso, o caráter excepcional devidamente justificado, mediante autorização expressa do Prefeito, por um prazo de, até, 12 (doze) meses.
- E) o contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração municipal, limitada a 60 (sessenta) meses.

34. Segundo o respeitado autor Hely Lopes Meirelles, em sua conhecida obra Direito Administrativo Brasileiro, 30ª Edição, Editora Malheiros, São Paulo, 2005, página 175; “Ato revogável: é aquele que a Administração, e somente ela, pode invalidar, por motivos de conveniência, oportunidade ou justiça (mérito administrativo).” Neste sentido, são insuscetíveis de revogação, EXCETO.

- A) Os atos administrativos integrantes de uma fase procedimental.
- B) Os atos administrativos classificados como vinculados.
- C) Os atos administrativos negociais consistentes em autorizações.
- D) Os atos administrativos consumados e exauridos.
- E) Os atos administrativos cujos efeitos são anteriormente estabelecidos em lei.

35. Valdo, servidor público estatutário, ocupante do cargo público de motorista da entidade autárquica Y, vinculada à Secretaria de Transportes e Serviços do Município X, em diligência pública e no pleno exercício de suas atribuições, dirigindo veículo oficial pertencente à autarquia Y, por sua culpa exclusiva, trafegando em excessiva velocidade, perdeu o controle do automóvel, subiu o calçamento e colidiu violentamente com o estabelecimento comercial de Anacleto, causando-lhe diversos danos. Valdo, em razão do acidente, infelizmente, faleceu dias depois. Anacleto, não tendo qualquer participação ou culpa no acidente, totalmente prejudicado, pois o seu estabelecimento comercial ficou completamente destruído, com vistas à indenização pelos lucros cessantes e danos emergentes sofridos, resolve ingressar em juízo para fazer valer os seus direitos.

Neste caso, Anacleto deverá indicar no pólo passivo da competente ação

- A) o Município X, pois como ente estatal é abrangido pela teoria do mandato. Valdo era o mandatário e, no exercício de suas funções, executou determinado ato em nome e responsabilidade do mandante que era justamente o Município X.
- B) a Secretaria de Transportes e Serviços, pois, pela teoria do órgão, presume-se que Valdo, quando no exercício de suas atribuições e através do critério da imputação, manifestou a sua vontade por meio do órgão (Secretaria de Transportes e Serviços).
- C) os herdeiros de Valdo, pois quando ocorreu o sinistro, no exercício de suas funções como motorista, atuou com dolo ou culpa, e, como se sabe, as pessoas jurídicas de direito público, nesses casos, não podem ser responsabilizadas.

- D) a autarquia Y, pois como entidade administrativa detém autonomia, tem personalidade jurídica própria e não se subordina à entidade instituidora (Município X), respondendo pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, quando na prestação de serviços públicos.
- E) o Município X, pois como entidade política recebe suas atribuições da própria Constituição, detém plena autonomia, é pessoa jurídica de direito público interno e responde objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, quando da prestação de serviços públicos.

36. Assinale a afirmativa CORRETA.

- A) De acordo com a ordem vigente, a lei nova, que vier estabelecer disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revogará e nem modificará a lei anterior.
- B) A lei revogadora de outra lei revogadora terá efeito repristinatório sobre a velha norma abolida, de modo que a lei revocatória voltará por isso mesmo ao seu antigo vigor.
- C) A lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente firmada pelo Chefe do Poder Executivo competente, sendo certo que se, antes de entrar essa lei em vigor, ocorrer alguma alteração de seu texto, ainda que destinada à correção, o aludido prazo começará a correr da data da sua publicação.
- D) A lei revogadora, ao perder a vigência, gera como efeito o convalidamento da lei revogada, salvo disposição em contrário.
- E) A lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue, porquanto não é possível juridicamente que a lei tenha, em si, um elemento que importe na cessação da sua eficácia em certo momento.

37. Em atenção ao Código Civil Brasileiro, atente para as seguintes afirmativas:

- I.** *O direito à sucessão aberta, ainda que seja integrado, apenas, por bens suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, para os efeitos legais, são considerados imóveis e pode ser objeto de cessão por escritura pública.*
- II.** *Por serem bens que, a despeito de não se constituírem partes integrantes, destinam-se, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro, via de regra, as pertencas serão abrangidas pelos negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal.*
- III.** *Os bens públicos de uso especial, a exemplo de terreno destinado a serviço da administração municipal, estão sujeitos a usucapião.*
- IV.** *Conquanto os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, não percam o caráter de imóveis, os provenientes da demolição de algum prédio readquirem a qualidade de móveis.*

Pode-se dizer que APENAS a

- A) I e a IV não estão conforme o Código Civil Brasileiro.
- B) I e a II não estão conforme o Código Civil Brasileiro.
- C) III e a IV não estão conforme o Código Civil Brasileiro.
- D) II e a III não estão conforme o Código Civil Brasileiro.
- E) II e a IV não estão conforme o Código Civil Brasileiro.

38. No que tange ao negócio jurídico, considere as seguintes afirmações:

- I.** *Os fatores os quais concorrem para que possa o negócio jurídico gerar efeitos no mundo pertencente ao Direito devem ser entendidos como autênticos elementos da existência do próprio negócio jurídico.*
- II.** *São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.*
- III.** *Ocorre a lesão quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.*
- IV.** *O negócio jurídico simulado é nulo e, portanto, não é suscetível de confirmação, nem muito menos convalida pelo decurso do tempo, no entanto, subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.*

Pode-se dizer que APENAS a

- A) I e a IV estão conforme o Código Civil Brasileiro.
- B) I e a II estão conforme o Código Civil Brasileiro.
- C) III e a IV estão conforme o Código Civil Brasileiro.
- D) II e a III estão conforme o Código Civil Brasileiro.
- E) II e a IV estão conforme o Código Civil Brasileiro.

39. Consoante o Código Civil Brasileiro, é CORRETO afirmar.

- A) A ação se extingue pela ocorrência da prescrição.
- B) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.
- C) A interrupção da decadência somente poderá ocorrer uma vez, sendo certo, todavia, que, uma vez interrompida, recomeça a correr da data do ato que a interrompeu ou do último ato do processo para a interromper.
- D) Corre a decadência contra os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os pródigos e bem assim os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
- E) Corre a decadência contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.

40. Assinale a opção CORRETA.

- A) A compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordarem no objeto, que poderá ter coisa atual ou futura, e no preço.
- B) Nas obrigações alternativas, na ausência de estipulação diversa, a escolha caberá ao credor.
- C) O comodato é o empréstimo gratuito de coisa fungível.
- D) Pode se repetir o que se pagou para solver dívida prescrita, mas não terá o direito à repetição aquele que deu alguma coisa para obter fim ilícito, imoral ou proibido por lei.
- E) O possuidor de boa-fé tem direito à indenização das benfeitorias necessárias e úteis bem como quanto às voluptuárias, se não lhe forem pagas, a levanta-las, quando o puder sem detrimento da coisa, e poderá exercer o direito de retenção pelo valor de quaisquer das referidas benfeitorias.

41. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA.

- A) A nulidade da cláusula de eleição do foro, em contrato de adesão, não pode ser declarada de ofício pelo magistrado.
- B) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo-se o dia do começo e excluindo-se o dia do vencimento.
- C) O Município de Olinda, nas ações em que for parte, terá o prazo em dobro para contestar e, em quádruplo, para recorrer.
- D) A citação do Município de Olinda deverá ser efetuada sempre por oficial de justiça, e o prazo para a defesa contar-se-á da juntada aos autos do mandado cumprido.
- E) Quando a citação ou intimação for efetuada pelo correio, o prazo começará a correr na data em que a parte recebeu a correspondência.

42. Em relação ao Mandado de Segurança, assinale a opção INCORRETA.

- A) Extingue-se o processo do mandado de segurança, se o impetrante não promover, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário.
- B) É inconstitucional lei que fixa prazo de decadência para a impetração de mandado de segurança.
- C) A suspensão da liminar em mandado de segurança, salvo determinação em contrário da decisão que a deferir, vigorará até o trânsito em julgado da decisão definitiva de concessão da segurança, ou, havendo recurso, até a sua manutenção pelo Supremo Tribunal Federal, desde que o objeto da liminar deferida coincida, total ou parcialmente, com o da impetração.
- D) Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- E) É plenamente admissível a impetração de mandado de segurança por um ente público contra outro, visando discutir supostas irregularidades perpetradas entre os poderes da federação.

43. Em relação aos Recursos Cíveis, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A apelação interposta contra sentença que julga embargos à arrematação tem efeito meramente devolutivo.
- B) Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.
- C) Das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento, caberá agravo na forma retida, devendo ser interposto oral e imediatamente bem como constar do respectivo termo, nele expostas sucintamente as razões do agravante.
- D) Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito ou houver julgado improcedente ação rescisória.
- E) Dos despachos, não cabe recurso.

44. Sobre a Execução Fiscal, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez.
- B) A produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento expresso na peça vestibular.
- C) O executado será citado para, no prazo de 3 (três) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora, além dos encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa ou garantir a execução.
- D) Na execução fiscal promovida pelo Município de Olinda, qualquer intimação aos seus representantes legais será feita pela publicação na imprensa oficial.
- E) A jurisprudência consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de só excepcionalmente se admitir a expedição de ofício às instituições detentoras de informações sigilosas, em busca de dados a respeito de bens do devedor. Apenas quando esgotadas as vias ordinárias para encontrá-los, seria possível se valer de tal providência.

45. A respeito do instituto da revelia, considere as seguintes informações:

- I. Contra o revel que não tenha patrono nos autos, correrão os prazos independente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório.*
- II. Caso ocorra a revelia, o autor poderá alterar o pedido, sem promover a citação do réu.*
- III. Se o Município de Olinda for revel, a revelia não produzirá o seu efeito material, de maneira que não haverá presunção de veracidade quanto aos fatos alegados pelo autor na petição inicial.*
- IV. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.*

Está correto APENAS o que se afirma em

A) I e II.

B) I, III e IV.

C) II e IV.

D) I, II e IV.

E) II, III e IV.

46. Um policial militar, de nome João Carlos, trabalhava, nos horários de folga, como segurança em uma casa noturna. Em tal empresa, João Carlos recebia salário mensal, trabalhava de forma contínua e ininterrupta, sempre que estava de folga e cumpria expressamente as ordens emanadas da gerência. A lei que regula a atividade de policial militar impede o exercício de qualquer outra atividade remunerada por parte de quem abraça esta carreira. Considerando a situação hipotética narrada acima, assinale a alternativa CORRETA.

- A) Não existe vínculo empregatício entre João Carlos e a casa noturna, tendo-se em vista impedimento legal do exercício de outra atividade remunerada do policial militar.
- B) Existe vínculo empregatício entre João Carlos e a casa noturna, que pode ser reconhecido por meio de ação trabalhista, independentemente da imputação de sanção de ordem disciplinar a João Carlos pela corporação a qual ele pertence.
- C) Não existe vínculo empregatício entre João Carlos e a casa noturna, dada a existência de eventualidade na relação de trabalho.
- D) Não existe vínculo empregatício entre João Carlos e a casa noturna em razão da inexistência de contrato firmado na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.
- E) Existe vínculo empregatício entre João Carlos e a casa noturna, mas o aludido vínculo não poderá ser reconhecido em razão de sua condição de policial militar.

47. NÃO faz parte da atual competência da Justiça do Trabalho a demanda

- A) do empregado contra a Caixa Econômica Federal – CEF, buscando a liberação dos valores existentes em sua conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- B) de indenização por dano moral e ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho.
- C) relativa à penalidade administrativa, imposta ao empregador pelo órgão de fiscalização das relações de trabalho.
- D) envolvendo exercício do direito de greve.
- E) sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores e entre sindicatos e empregadores.

48. Analise as afirmativas abaixo e assinale a única alternativa INCORRETA, considerando-se o entendimento atual do Tribunal Superior do Trabalho acerca da matéria.

- A) Não existe a possibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício pela entidade integrante da administração pública direta e indireta, dos empregados contratados por empresa interposta, em razão da vedação contida no artigo 37, inciso II, da Constituição da República de 1988 (exigência de concurso público).
- B) O Tribunal Superior do Trabalho admite a terceirização da atividade-meio da entidade integrante da administração pública direta e indireta, desde que precedida de regular procedimento licitatório, como, por exemplo, telefonia, vigilância, conservação e limpeza, desde que inexistentes a pessoalidade e a subordinação.
- C) De acordo com entendimento sumulado no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, não existe possibilidade de responsabilização subsidiária do tomador dos serviços, entidade integrante da administração direta e indireta, em razão do não cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela empresa prestadora de serviços, contratada por meio de procedimento licitatório regular para a execução das atividades-meio da entidade.
- D) Na hipótese de a empresa contratada por meio de regular procedimento licitatório pela entidade integrante da administração pública direta e indireta para prestar serviços nas suas atividades-meio não cumprir com as obrigações trabalhistas com os empregados, de acordo com entendimento sumulado no Tribunal Superior do Trabalho, surge a responsabilidade subsidiária da entidade contratante tomadora dos serviços por estas obrigações.
- E) O Tribunal Superior do Trabalho não admite a terceirização da atividade-fim pela entidade integrante da administração pública direta e indireta.

49. São direitos assegurados aos empregados domésticos, EXCETO.

- A) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- B) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- C) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- D) Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo, no mínimo, de trinta dias.
- E) Gozo de férias de trinta dias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

50. Em uma ação trabalhista na qual o autor requer a concessão do adicional de insalubridade e/ou periculosidade, a empresa ré, apesar de regularmente notificada, não comparece à audiência inaugural, sendo considerada revel. O magistrado, então, deve

- A) determinar a realização da perícia técnica e, somente após a conclusão de tal prova, proferir a sentença.
- B) julgar procedente, de plano, os pedidos de adicionais de insalubridade e de periculosidade diante da decretação da revelia que induz à confissão ficta.
- C) julgar procedente de plano o pedido de adicional de periculosidade, que é mais favorável ao obreiro.
- D) questionar o autor da ação trabalhista acerca do adicional que este prefere, julgando procedente, de plano, o pedido de concessão do adicional escolhido.
- E) extinguir a demanda sem resolução do mérito diante da impossibilidade de realização da perícia técnica.